

Defesa da Saúde dos profissionais da Educação!!

Tese do Grupo de Pesquisa Saúde e Educação NOEG/EAPE/SEEDF

A saúde dos trabalhadores, conforme as Convenções da Organização Internacional do Trabalho estabelecem que OIT nº 155/1981 delinea a responsabilidade dos **empregadores em garantir que os locais de trabalho, maquinários e processos sob seu controle sejam seguros e não apresentem riscos à saúde.**

Portanto, torna-se imprescindível que a organização sindical e nossos representantes compreenda que a precarização do trabalho docente, as praticas neoconservadoras da gestao, as reformas neoliberais e a ausência de atenção das representações sindicais contribuem para o fortalecimento de praticas que adoecem a classe trabalhadora. Assim, reafirmamos que a tese não é apenas uma reflexão, mas uma convocatória à ação.

A intensificação do trabalho, a lotação das salas de aula, a ausência de atenção especial que a inclusão exige, o despreparo proposital dos gestores, praticas patrimonialistas que impactam sobremaneira as relações socioprofissionais na educação, comprometendo sua natureza essencialmente relacional, criativa e autônoma. e ao

A política de ajuste fiscal do governo do Distrito Federal, associada à crescente militarização da gestão pública e criminalização da luta sindical, insere os profissionais da educação em um cenário de perda de direitos, congelamento das carreiras e sobrecarga emocional.

O avanço do neoconservadorismo e do neoliberalismo se materializa na gestão que desvaloriza e ainda culpabiliza incessantemente os profissionais da carreira magistério.

O aumento expressivo de licenças médicas, especialmente por sofrimento mental, evidencia a urgência de politizar a saúde dos(as) educadores(as). O trabalho docente, quando esvaziado de sentido, submetido a pressões burocráticas e desamparado institucionalmente, se torna adoecedor.

1. Defesa da carreira, dos direitos e da valorização profissional

- Fortalecer a reivindicação e a revogação de portarias que intensificam a carga de trabalho, como o ponto eletrônico e a sobreposição de tarefas pedagógicas e burocráticas.
- Garantir a recomposição salarial conforme perdas inflacionárias acumuladas.
- Defender concursos públicos regulares, bem como a convocação imediata de concursados e assim, reduzir a precarização via contratos temporários.

2. Qualidade de vida no trabalho e saúde dos(as) educadores(as) orientadores/as

- Criar e fortalecer comissões paritárias para acompanhar, avaliar os afastamentos resultantes do adoecimento dos trabalhadores da carreira magistério criando mecanismos que fortaleçam as notificações oficiais.

- Exigir políticas institucionais de cuidado à saúde mental com base nas abordagens da psicodinâmica do trabalho e da ergonomia da atividade, formando gestores escolares e educacionais para o seu respectivo enfrentamento.
- Ampliar espaços de denúncias, de escuta e de suporte coletivo nas unidades de trabalho (escolas e coordenações regionais e centrais), com serviços de apoio psicossocial vinculados à rede de saúde do trabalhador.

3. Fortalecimento da base e da ação sindical territorial

- Promover formação política crítica nos locais de trabalho, articulando educação sindical, saúde mental e luta de classes.
- Reforçar os núcleos de base e as assembleias territoriais como instâncias de deliberação.
- Estimular a autogestão de campanhas locais e fóruns de resistência por escola, região ou CRE.

4. Ampliação das alianças e articulação interssetorial para resposta sabilizacao pelo adoecimento no magisterio

- Estabelecer parcerias com movimentos sociais, universidades e serviços públicos em defesa da escola pública, laica e democrática.
- Atuar junto ao Legislativo e ao Ministério Público do Trabalho na denúncia de políticas de assédio institucional, sobrecarga e militarização da educação.
- Promover encontros interssetoriais com a saúde e a assistência para fortalecer redes de proteção social nas escolas.
 - Propor protocolo de atendimento e de notificação ao Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde e da Educação de denúncia da violência mental laboral contra profissionais do magisterio que visem responsabilizar a SEEDF, denunciando-a nas instâncias que a farão agir em prol de práticas que visam aumentar a saúde e reduzir o adoecimento destes trabalhadores

VI. Conclusão: Educação como território de resistência

A construção coletiva desta tese nasce do cotidiano de luta de uma categoria que não se resigna. No momento em que vivemos, reafirmar a dignidade do trabalho educativo é um ato profundamente político. O 13º Congresso Carlos Mota deve ser espaço de escuta, elaboração coletiva e fortalecimento da unidade. Rejeitamos a fragmentação e o individualismo impostos pelo neoliberalismo. Reivindicamos a escola como território de resistência e os sindicatos como instrumentos vivos de transformação social. Sigamos juntos(as): com luta, coragem e resistência.